



Fazendários em Pauta

Informativo do Sindicato dos Fazendários
do Município do Recife nº 12 - Dez/25-Jan/26



Os fiscais municipais estão preparados para a implementação da Reforma Tributária em 2026?

Em 2026, a Reforma Tributária vai exigir uma transformação institucional e operacional dos fiscais municipais. Conheça quatro desafios

2 3

Confira as novas diretorias
do Afrem e da Fenafim

Conheça livros sobre
a Reforma Tributária

Bete Santiago: 42 Anos
de dedicação ao CAC

Festa de Confraternização
foi na Di Branco

4 e 5

6

7

8 e 9



Quais os desafios dos fiscais municipais na implementação da Reforma Tributária em 2026?

Os 5.570 municípios brasileiros irão enfrentar, a partir de 2026, muitos desafios com a implementação gradual da Reforma Tributária. Além da adaptação a um novo modelo de tributação, os entes federados terão que realizar atualizações operacionais e tecnológicas, além de promover capacitações técnicas.

Neste contexto, será que os municípios estão preparados para a implementação da Reforma Tributária em 2026? Na opinião do presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Fábio Macêdo, a grande maioria dos entes municipais não está preparada. “Falta a implementação da nota fiscal eletrônica nacional, legislação atualizada, capacitação dos servidores de carreira específica da administração tributária, quando estes existem”.

Ele relata que, atualmente, 90% dos municípios vivem de repasses e não há interesse em cobrar seus tributos. “A dependência financeira fica clara quando o Governo Federal estabelece uma isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, provocando uma compensação de recursos, via Fundo de Participação dos Municípios (FMP), pela perda de aproximadamente R\$ 5 bi para todos os municípios brasileiros”.

Ele explica que a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo criado para substituir os tributos federais PIS e Cofins, inicia a partir de 2026 como período teste, mas sem a cobrança desse tributo para quem prestar as informações adequadas. “O IBS também tem o seu período teste, mas a partir de 2029 até 2033. Já os impostos ISS e ICMS desaparecem gradualmente”.

Já os sistemas operacionais do IBS e CBS, relata ele, estão em desenvolvimento. “Do ponto de vista tecnológico, em tese, o Comitê Gestor do IBS poderá capacitar os municípios e dar suporte tecnológico, através de uma retenção de até 0,2% da arrecadação total do IBS. No entanto, não há garantias desse apoio, além da disponibilidade de acesso à plataforma do novo imposto”.

Fábio Macêdo também acumula as presidências da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e do Distrito Federal (Anafisco) e do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical).

EXPEDIENTE

Fazendários em Pauta

Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - Afrem Sindical
Edição: dezembro/2025 - janeiro/2026

Rua Professor Andrade Bezerra,
64, Parnamirim, Recife-PE,
CEP: 52.060-270
Fones: 3441-6044 / 99756-0826



www.afremsindical.org.br

afremsindical@afremsindical.org.br

@afremsindical

Diretoria Executiva Biênio: 2024/2025

Presidente: **Fábio Macêdo**

Secretário-geral: **João Victor**

Dir. de Assuntos Sindicais: **Manfredo Sarda**

Dir. Social: **Antônio Gomes**

Diretor de Aposentados: **José Anchieto**

Dir. Administrativo-Financeiro: **Luiz Ferreira**

Suplente: **Hélio Max**

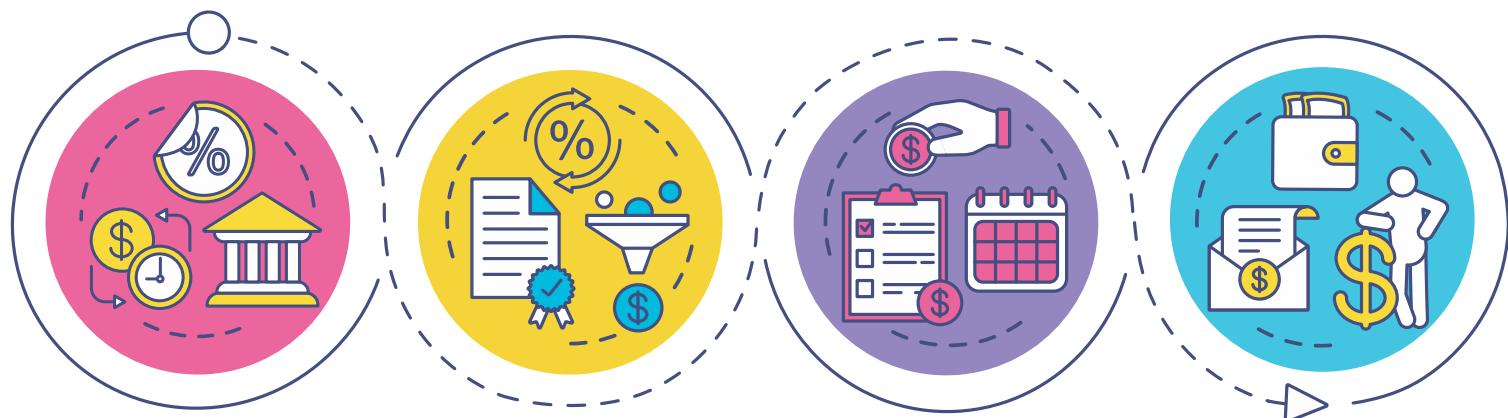
Jornalista responsável e edição: **Andréa Pessoa**

e-mail: andrea.pessoa14@gmail.com

Projeto gráfico e diagramação: Alexandre Oliveira

e-mail: alexandre@afrem.org.br

Quatro desafios para os municípios com a Reforma Tributária



Transição para o IBS e tributação no destino

Mudança de Lógica: A tributação passa da origem (onde o serviço é prestado, como no ISS) para o destino (onde o consumo ocorre).

Isso exige uma ruptura profunda na forma como a fiscalização municipal é concebida e executada. **Período de Coexistência:** Entre 2026 e 2033, haverá uma transição gradual em que o ISS e o IBS coexistirão, o que impõe a necessidade de gerenciar dois sistemas tributários distintos simultaneamente.

Integração e centralização tecnológica:

Comitê Gestor e Plataforma Única: O IBS será gerido por um Comitê Gestor Nacional e apurado por uma plataforma digital única. Essa centralização diminui a autonomia do fisco municipal em relação às regras e procedimentos operacionais, exigindo uma forte integração tecnológica e atuação coordenada com os demais entes.

Uso de Dados e Tecnologia: A fiscalização será marcada por um uso muito maior de ciência de dados e tecnologia. Os auditores precisarão evoluir de um modelo de fiscalização mais "cartorial" e passivo para um modelo baseado em dados e atuação mais pontual e estratégica.

Novo Foco de Fiscalização:

Alteração de Competências: Com a substituição do ISS pelo IBS, a atuação do auditor municipal se concentrará mais na fiscalização dos tributos próprios de competência exclusiva (como o IPTU e o ITBI), além de participar da fiscalização do IBS dentro das regras do Comitê Gestor.

Tributação entre Pares: A nova sistemática, onde o crédito só pode ser aproveitado se houver o efetivo recolhimento do imposto pelo antecessor na cadeia (split payment), impõe uma nova cultura de controle entre os próprios contribuintes, alterando a dinâmica tradicional da fiscalização.

Capacitação e Estrutura:

Despreparo Estrutural: Muitos municípios, especialmente os de menor porte, têm carreiras fiscais desestruturadas e baixos salários, o que dificulta a capacitação técnica necessária para lidar com a complexidade do novo sistema e a tecnologia exigida. A falta de profissionais qualificados é a maior preocupação dos gestores municipais.

Atualização de Normas: Os municípios precisarão revisar e adequar suas legislações internas, não só para os tributos próprios, mas também para o IBS, naquilo que lhes couber.

Fábio Macêdo conquista reeleição: conheça a Diretoria do Afrem Sindical para 2026/27



Fábio Macêdo foi reeleito pela liderar o Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical). As eleições aconteceram no dia 28/11 e a categoria referendou a composição de chapa única para o Biênio 2026/27.

Ele explica o que significa continuar à frente da instituição. "Uma reeleição representa o reconhecimento do trabalho realizado, a expectativa de continuidade e a responsabilidade de novas entregas. Nos próximos dois anos, esperamos realizar as demandas e fortalecer a categoria tanto no cenário local quanto nacional".

Auditor do Tesouro Municipal do Recife, Fábio Macêdo vem atuando na Reforma Tributária, em Brasília. Acumula a presidência de duas instituições nacionais: Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e Associação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais dos Municípios e do Distrito Federal (Anafisco). É engenheiro eletricista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife e pós-graduado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

A comissão eleitoral que dirigiu os trabalhos foram Fabiana Cortizo Regueira, Maria Betânia Rosas do Nascimento e Karla Barradas da Fonte, como presidente, vice-presidente e secretária, respectivamente.



Diretoria do Biênio 2026/27:

01	Presidente	Fábio Henrique de Sousa Macêdo
----	------------	--------------------------------

04	Diretor Sindical	Manfredo de Andrade Sarda Jr.
----	------------------	-------------------------------

07	Suplentes Conselho Executivo	Hélio Max de Carvalho, Filipe de Pinho
----	------------------------------	--

02	Secretário Geral	João Antônio Victor de Araújo
----	------------------	-------------------------------

05	Diretor Social	José Anchieta Tavares Belém
----	----------------	-----------------------------

08	Conselho Fiscal	Antônio Tiburtino, Edcarlos Gomes e Luiz Marcos
----	-----------------	---

03	Dir. Financeiro	Luiz Ferreira da Costa Filho
----	-----------------	------------------------------

06	Dir. Aposentados	Antônio Gomes de Lima
----	------------------	-----------------------



Cássio Vieira é o novo presidente da Fenafim e Fábio Macêdo, vice-presidente



O biênio 2026/27 começa com nova diretoria na Federação Nacional de Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e Conselho Fiscal. A chapa “União e Equilíbrio” foi a vencedora, tendo Cássio Vieira Pereira dos Santos (Sindaf-SP) na presidência e Fábio Macêdo na vice-presidência.

A eleição foi realizada no dia 11/11, antes do início dos trabalhos do 36º Congresso Nacional da entidade, na sede do Sindaf/SP. O processo eleitoral vitorioso foi eleito por aclamação e contou com a participação dos presidentes e representantes das entidades filiadas à Fenafim.

Mantendo o conceito da gestão atual, a nova diretoria da Fenafim se compromete em fortalecer a carreira fazendária municipal, defender a autonomia dos municípios e consolidar a entidade nacional como referência nas pautas tributária, administrativa e institucional do fisco municipal brasileiro.

A nova diretoria é plural, composta por representantes de todas as regiões do país, reafirmando a união, o diálogo e a integração das administrações fazendárias municipais.



Confira a Diretoria Executiva da Fenafim (Biênio 2026/27)

Presidente: **Cássio Vieira Pereira dos Santos** – Sindaf-SP (São Paulo/SP)

Vice-Presidente: **Fábio Henrique de Sousa Macêdo** – Afrem Sindical (Recife/PE)

Vice-Presidente da Região Norte: **Erivelto Leal de Oliveira** – Afimm Sindical (Manaus/AM)

Vice-Presidente da Região Nordeste: **José Matos Viana** – Asan (Natal/RN)

Vice-Presidente da Região Centro-Oeste: **Hélder Conrado** – Sindiffim (Goiânia/GO)

Vice-Presidente da Região Sudeste: **Vinícius Ferraz Neves** – Sincaf (Rio de Janeiro/RJ)

Vice-Presidente da Região Sul: **Elaine Cofcevicz** – Aftec (Canoas/RS)

Secretário-Geral: **Antônio Cláudio Silva de Vasconcellos** – Abam (Salvador/BA)

Diretor Administrativo: **Fábio de Jesus Lima Gomes** – Afimte (Teresina/PI)

Diretor Financeiro: **Antônio Carlos Santana Vieira** – Sinfisco-BH (Belo Horizonte/MG)

Diretor de Assuntos Parlamentares: **Charles Wilson da Silva Caldera** – Acrefisco (Rio Branco/AC)

Diretor de Formação Profissional e Sindical: **Eiel Mendes dos Santos Sales Vieira** – Afiscopr (Curitiba/PR)

Diretor Técnico e Social: **Felipe Azzolin Bastos da Silva** – Aiamu (Porto Alegre/RS)

Diretor Jurídico: **Diego de Souza Araújo** – Audirp (São José do Rio Preto/SP)

Diretora de Comunicação: **Maria Helena Alves Oliveira** – Sindafin (Niterói/RJ)

Diretora de Previdência Municipal: **Márcia Zilá Longen** – Afamesc (Blumenau/SC)

Conselho Fiscal: representantes de Itaboraí/RJ, Sete Lagoas/MG, Fortaleza/CE, Curitiba/PR e Campo Grande/MS.





Conheça livros sobre a Reforma Tributária

Reforma Tributária - gênese e análise da EC 132/23 e LC 214/25

Autor: Enrico de Santi

Editora: Revista dos Tribunais e Thomson Reuters

350 páginas

Preço: R\$ 180,00

Enrico de Santi faz uma contextualização importante sobre a gênese e processo histórico, político e normativo que culminou na promulgação da Emenda Constitucional 132/23 e da Lei Complementar 214/25, inaugurando o moderno Sistema IBS/CBS no Brasil. Afinal, trata-se da mais importante Reforma Tributária da história brasileira, segundo o autor.

Os primeiros debates sobre o modelo de IVA, que originou a EC 132/23, foram dirigidos no Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP (NEF/FGV Direito SP), por meio do projeto "Nossa Reforma Tributária" em 2014 e, posteriormente, no Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), think tank independente fundado em 2015, criado com o objetivo de construir uma proposta de Reforma Tributária a ser encaminhada para o Congresso Nacional.

No livro, Eurico Santi, fundador do NEF/FGV Direito SP, ao lado de Isaias Coelho e fundador-diretor do CCiF, em parceria com Bernard Appy, Nelson Machado e Isaías Coelho, explica como um projeto coletivo e corajoso conseguiu superar décadas de fracassos e resistências políticas para construir um modelo tributário contemporâneo, transparente e eficiente, que foi capaz de fomentar um novo federalismo cooperativo.



LC 214/2025 Comentada: Reforma Tributária - IBS, CBS E IS

1ª Edição 2025

Autor: Hugo de Brito Machado Segundo

Editora: Atlas

487 páginas (só disponível em e-book)

Preço: R\$ 267,00

A obra do professor Hugo de Brito Machado Segundo é indispensável para profissionais da área fiscal, jurídica e econômica. Apresenta a Reforma Tributária, consolidada pela Emenda Constitucional 132/2023, com uma análise detalhada sobre os novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Hugo de Brito Machado Segundo é um jurista, advogado e professor universitário, com foco na área do Direito Tributário. É livre-docente em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP e professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde leciona na graduação, mestrado e doutorado. Coordenador do Grupo de Pesquisas sobre "Democracia e Finanças Públicas" na UFC. Realizou estágios de Pós-Doutorado (Visiting Research Scholar) na Wirtschaftsuniversität, Viena, Áustria, em diversos períodos.





Natal

Neste Natal, que cada encontro seja aconchego e cada abraço, memória afetiva. Que a mesa seja mais que ceia: seja memória viva, promessa de novos começos, e o lugar onde o amor repousa e renasce, ano após ano. Que o presépio se traduza no amor incondicional de Jesus por nós. Que o Natal ilumine nossos caminhos e que saibamos que o maior presente é a união familiar.

Feliz Natal!
Direção Afrem Sindical

Maria Elizabete Santiago: 42 Anos de dedicação ao serviço público

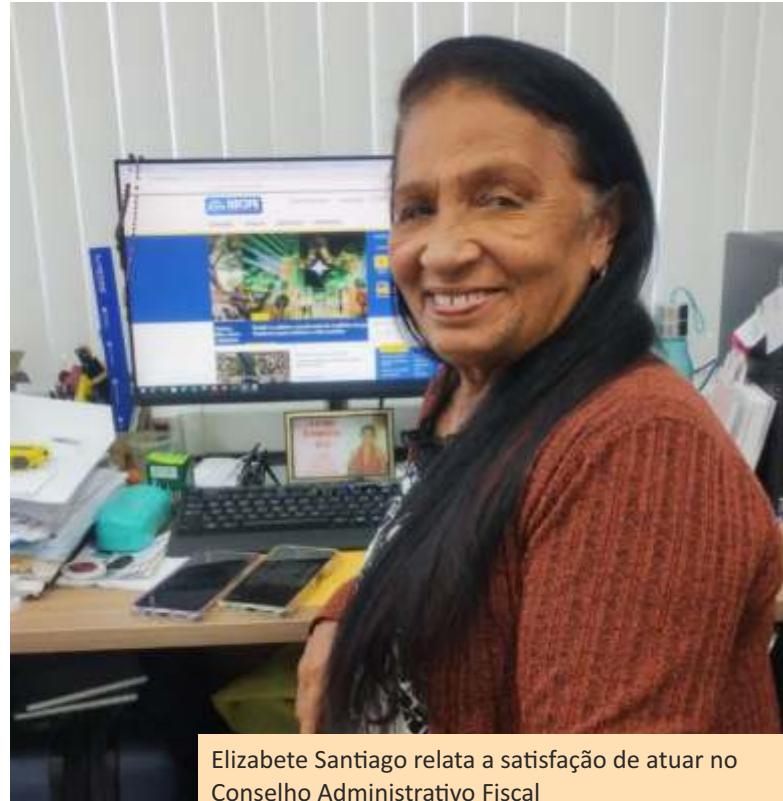
Em uma jornada de mais de quatro décadas dedicadas ao serviço público municipal, Maria Elizabete Santiago, secretária do Conselho Administrativo Fiscal (CAF), celebra uma carreira marcada pelo compromisso profissional.

Bete, como é chamada pelos colegas, iniciou sua trajetória com dois anos de estágio na Assessoria Jurídica da Secretaria de Finanças. Após o estágio, seguiu como prestadora de serviços, atuando tanto na assessoria quanto no próprio CAF, onde permanece até hoje. Trabalha no atendimento aos julgadores, aos contribuintes e na execução dos serviços internos.

Questionada sobre sua experiência no setor público, especialmente no CAF, Maria Elizabete demonstra satisfação e descreve seu setor como um ambiente de trabalho "acolhedor e colaborativo".

"Sinto-me bem, trabalho com pessoas de fácil acesso e compreensivos em todos os sentidos. Trabalhamos em um ambiente em que todos ajudam, procurando sempre dar o melhor e com foco em atender bem aos contribuintes e aos outros setores da Prefeitura", afirma, sublinhando o clima de colaboração que permeia o conselho.

Fé, otimismo e futuro - Sua filosofia de vida envolve a perspectiva espiritual e o desejo de fazer o melhor. "Não nascemos com uma bússola, para sabermos qual caminho podemos seguir. Tenho muita fé em tudo na vida.



Elizabete Santiago relata a satisfação de atuar no Conselho Administrativo Fiscal

Busco sempre fazer o melhor, não importa onde, nem a quem, sempre fazer o que de melhor existir."

Quanto ao futuro, seus sonhos giram em torno da família e do bem-estar após a aposentadoria. "Desejo uma aposentadoria digna e ver meus netos crescerem com saúde e realizarem seus sonhos".



Festa de Confraternização da categoria fazendária foi na Di Branco do Recife Antigo

A festa de Confraternização do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), realizada no dia 12/12, na Di Branco Recepções, foi maravilhosa. O presidente Fábio Macêdo, juntamente com toda a diretoria, recebeu os associados ativos e aposentados.

A Banda Família Chumbago animou a categoria com músicas nacionais e internacionais. Auditores dançaram de mãos dadas quando tocaram ciranda, entre outros ritmos musicais. O tradicional sorteio dos brindes com cestas natalinas também foi outro ponto de animação da categoria.



